

FIGURAÇÕES DE UM PRESIDENTE: LULA TRAIADOR, COMPANHEIRO, POPULISTA

Maria Auxiliadora Lemenhe¹

A comunicação contempla a análise de algumas representações do presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, que circulam hoje no Brasil. Observações regulares e sistemáticas da vida política do País – feitas a partir dos meios de comunicação (jornais, revistas e TV) e ao longo dos quase três anos do governo Lula – permitem distinguir um par de representações de conteúdos radicalmente opostos que se expressam nas figuras do “Lula traidor” e do “Lula companheiro”. Descrevo as circunstâncias nas quais foram gestadas e os diferentes sujeitos construtores. Busco interpretar os sentidos das aludidas figurações. Este percurso enseja uma discussão ainda preliminar a respeito da pertinência de se considerar Lula um dirigente populista.

“Lula traidor”

Quem são os construtores mais visíveis da figura do traidor ou de que lugares falam?

Eles emergem, em primeira mão, no interior do partido do Presidente, o Partido dos Trabalhadores – PT, da parte de segmentos que se reconhecem como “esquerda do Partido”. Ainda no flanco da esquerda, fala de traição o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU. Partido jovem na história da esquerda brasileira e adverso a todos que o antecederam, este parece disputar com segmentos do PT a autoria da composição da figura do traidor.

Comparece disputando também a autoria da referida figuração o Partido Democrático Trabalhista – PDT. Herdeiro do trabalhismo que floresceu no Brasil desde meados do século XX ancorado na ideologia nacionalista, o PDT disputa com o PT a condição de genuíno defensor dos interesses dos trabalhadores e o de legítimo defensor da nação brasileira. Outros porta-vozes dos trabalhadores, falam desde algumas

1. Socióloga, é Professora da Universidade Federal do Ceará.

das centrais sindicais, como a Confederação Geral dos Trabalhadores – CGT, e sindicatos de categorias determinadas, como os dos servidores públicos, quase todos eles afinados com partidos e segmentos de partidos mencionados.

Colaboram também para cristalização da figura do traidor lideranças do Partido da Frente Liberal – PFL e Partido da Social Democracia Brasileira – PSBD antigos e renovados opositores do PT, como de resto de todos os componentes do bloco das esquerdas. Poderiam ser considerados co-autores da figuração não fora o apelo ao recurso de plagiar os indícios e marcas do traidor traçadas pelos partidos de esquerdas e sindicatos antes referidos. Vale dizer, um dos recursos mobilizados pelos partidos de oposição ao governo consiste em contrapor-se a ele mediante o argumento da falta de coerência com os princípios e causas defendidas pelo ex-sindicalistas de esquerda e por seu partido. Nas falas de membros dos partidos, especialmente daqueles do PFL, comparece o termo *traição*.

A modelação da figura do “traidor” da parte dos segmentos da esquerda, tem seu referente principal nos argumentos elaborados no documento intitulado *Carta ao povo brasileiro*, assinado por Lula e veiculado em 22 de junho de 2002, nos primeiros dias do período oficial de campanha política. Neste, Lula descreve as condições do país que tenciona governar recorrendo aos termos *estagnação, soberania comprometida, crise social, colapso econômico, social e moral*. Afirmar ele seu conhecimento dos anseios de muitos por um *projeto alternativo* e a certeza do *apoio* de muitos – *lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos, feitos e parlamentares, parcelas significativas do empresariado, enfim uma coalizão suprapartidária* – a um *projeto de mudança para valer*. Se, de um lado reafirma a intenção de implementar antigas causas da esquerda como *reforma agrária*, políticas que promovam a expansão do *mercado interno* e políticas que *assegurem a soberania nacional*, por outro, anuncia *respeito aos contratos e obrigações do país* e [*preservação*] *do superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus compromissos*. Ainda, faz referência a *forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com sua fragilidade atual*. Qualifica por antecipação seu governo como *governo de transição*, onde não haverá lugar para *voluntarismo, descumprimento de acordos firmados* e onde tudo será feito *dentro dos marcos institucionais*.

A Carta, peça de campanha eleitoral, em seu tom estrategicamente conciliatório, contrariava antigas causas da esquerda ao mesmo tempo em que reconhecia interesses de antigos inimigos, simbolizados no FMI e no

Banco Mundial. O propósito de honrar acordos e compromissos significava disposição para pagar os juros (imensos) da dívida externa, bem como pautar a política econômica interna ao país segundo as diretrizes do FMI.

Como se sabe, no Brasil, o desacordo radical à submissão da economia nacional aos interesses dos países hegemônicos orientou fortemente, desde meados do século XX, os discursos e as ações da esquerda brasileira aglutinada no Partido Comunista Brasileiro – PCB e no Partido Comunista do Brasil – PCdoB e hoje persiste com força renovada, traduzida no “FORA FMI”, bordão que acompanha os movimentos de contestação aos interesses do capital mundializado e o neoliberalismo. Assim, os termos e argumentos da *Carta ao povo brasileiro* trouxeram surpresa e indignação às esquerdas em suas várias matizes, alinhadas nos vários partidos como PSTU (mais fortemente), PDT, PCB e segmentos do PT. A negação feita por Lula de uma antiga e sagrada bandeira de luta configurou-se como ato de traição.

A figura do “traidor” esteve também inscrita no amplo perfil ideológico dos partidos aliados. Diferentemente das três postulações anteriores de Lula à presidência da República, na candidatura de 2002, o PT além de reafirmar alianças anteriores feitas com outros partidos de esquerda – como o Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro – associa-se formalmente a dois pequenos partidos, o Partido Liberal e Partido da Mobilização Nacional. A aliança com o PL consagrou a presença na chapa encabeçada pelo operário e sindicalista socialista Lula de um grande empresário do setor têxtil e senador como candidato a vice-presidente. Tal conciliação de classes, concebidas como opostas por “natureza”, promovida pelo então candidato Lula e a direção de seu partido pareceu aos olhos de segmentos da esquerda como traição à causa socialista.

Uma série de posturas e ações do presidente eleito – referendadas por segmentos hegemônicos que compõem a direção nacional do PT – implementadas desde a primeira hora do governo, irão se constituir como elementos empíricos mais decisivos para a validação da idéia da traição e modelagem da figura do “traidor”. Pontuo algumas delas em seguida:

1. Constam do ministério do governo Lula, majoritariamente, personagens cujas trajetórias políticas foram construídas no meio estudantil, sindical e partidário; vários destes são profissionais com formações diversas, vinculados organicamente ao PT, e consagrados pelo voto como deputados ou senadores. Outros estão vinculados a partidos aliados, portadores de múltiplos perfis ideológicos. Mas, além destes, ocupando ministérios ou postos chave do circuito das questões políticas e administrativas de natureza econômica, são indicados empresários ou executivos

com estreitas ligações pessoais e de classe com os interesses dos setores financeiros e industriais nacionais e internacionais e como tal são percebidos como guardiões de interesses contrários aos do cidadão e da nação.

2. As diretrizes da política econômica, orientadas simultaneamente para a contenção do *deficit* público, controle da inflação e manutenção do superávit primário em níveis pactados com as agências internacionais e suas conseqüências mais imediatas – crescimento contido da economia, agravamento dos altos índices de desemprego e manutenção das carências nos serviços de saúde, educação e segurança pública – concorrem de forma considerável para a fixação da idéia da traição.

3. A idéia da traição é reafirmada no decurso do processo de discussão e deliberação no Congresso Nacional da Lei de Reforma da Previdência que alterou a legislação que regulava o contrato de trabalho do servidor público, especialmente nos itens relativos ao tempo de serviço requerido para a aposentadoria, remuneração de aposentados e contribuição destes à Previdência Pública.

4. A eclosão de denúncias de venalidades graves (suborno de parlamentares e de técnicos, licitações fraudulentas; evasão de divisas; transgressões várias à legislação eleitoral) praticadas por membros do governo e do Partido dos Trabalhadores trazem novos elementos para a definição da idéia da traição, ou mais propriamente falando, consolidam-na. Para muitos, antigos e novos adversários, este episódio foi percebido como momento grave de negação dos princípios morais e éticos no trato da coisa pública os quais, defendidos desde sempre pelo Partido, acompanharam de forma emblemática a trajetória de sua estrela maior, o presidente Lula

A Reforma da Previdência, a manutenção dos acordos com o FMI e a subordinação do montante de investimentos no País aos índices prescritos nos ditos acordos, além das acusações de venalidade são elementos constitutivos centrais para a configuração do “traidor”. A força destes elementos reside na circunstância de que, tanto a defesa de direitos adquiridos do servidor público, quanto a autonomia do País frente às constrições da política monetária internacional creditaram o PT e Lula como intérpretes daquelas causas, seja no Congresso, seja nas ruas e praças. A certeza do abandono das antigas “bandeiras de luta” fazia-se mais nítida porque em tempo muito próximo, isto é, durante o governo anterior, PT e demais partidos de esquerda havia logrado a rejeição das

mudanças das regras da Previdência, agora implementadas pelo executivo e legislativo, ambos sob a liderança do PT.

Críticas dirigidas desde a primeira hora ao governo pela usurpação dos direitos dos servidores públicos, persistência dos altos índices de desemprego, serviços públicos deficitários, aumento irrisório do valor do salário mínimo, acusações de venalidades de várias ordens são expressivas para seus formuladores que Lula, cuja biografia consolidou-se como emblemática das “lutas dos trabalhadores”, uma vez no poder renega sua própria história e a dos trabalhadores. É, portanto, um “traidor”.

“Companheiro Lula” e “Lula companheiro”

A figuração do companheiro inscreve-se na biografia política do Presidente e nas peculiaridades de seu partido, no qual teve ativa e permanente presença. Como se sabe, a emergência de Luis Inácio da Silva na vida pública dá-se através de sua atuação como dirigente sindical em um contexto de críticas e ações organizadas contra o regime militar e as más condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, desde o final da década de 70. É o momento também de distanciamento de segmentos da esquerda brasileira das referências históricas do comunismo de inspiração soviética ou albanesa. A criação do PT, no início dos anos oitenta, é parte deste processo e com ele a adoção do termo “companheiro”, o qual se consagra como forma de identificação de petistas e sindicalistas e também como marca de diferenciação frente aos comunistas de vários matizes, os quais se reconheciam como “camaradas”. A forma “companheiro” indica adesão a uma causa comum, pejudada no espaço dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores – CUT e ao PT. Quando atribuído a alguém fora deste circuito serve para reconhecimento de alguma convergência política e ideológica. Pode também ser útil para conquistar adesões.

Tanto quanto minha capacidade de observação alcança, poucos brandiram o termo companheiro com a extensão que Lula o fez e, como poucos, foi nomeado “companheiro” e de igual modo reconhecido. Esta breve reconstrução da emergência do termo sugere que o mesmo não deve ser entendido como um mero cacoete lingüístico do Presidente.

Ao longo de mais de vinte anos, sucessivamente líder sindical em São Paulo, deputado federal, presidente do Partido dos Trabalhadores, candidato a governador de São Paulo, quatro vezes candidato à presidência da República, Luis Inácio Lula da Silva se apresentou como intérprete de esquerda das causas populares e homem comum, homem do povo, tendo em vista sua origem de classe. Com tal, buscou ser reconhecido como um indivíduo e cidadão igual a muitos outros. Desta forma, no

entrecruzamento da história de vida pessoal e política, os termos “companheiro Lula” e “Lula companheiro” tem sentidos convergentes.

Se a figuração do “Lula traidor”, gestada na vigência do mandato de presidente, teve vários autores, neste mesmo tempo, isto é, desde que tomou posse em janeiro de 2003, a preservação da figura do “Lula companheiro” tem um autor principal, quase único: o próprio Lula.

A este respeito, um conjunto de práticas (comportamentais e discursivas) implementadas no cotidiano da presidência e veiculadas através dos meios de comunicação são ilustrativas. Sobre elas refiro-me a seguir:

1. O ritual de posse, do qual participa uma multidão de dimensões inigualáveis no País, é quebrado com a conivência do empossado, que desce de seu lugar de honra para corresponder aos abraços, aos apertos de mão e pedidos de autógrafo. Para abraçar Lula, um homem pega carona no Rolls Royce presidencial em certo trecho do cortejo, transgressão plenamente aceita e correspondida pelo Presidente;

2. Em eventos diversos no palácio do governo ou fora dele, Lula beija e abraça professoras, trabalhadoras rurais, mães, idosas recém alfabetizadas, mulheres e crianças. Em encontro com dirigentes do MST unge sua cabeça com o boné vermelho, símbolo do movimento; igual gesto pode ser visto em evento com atletas que representarão o Brasil em disputas internacionais; presta homenagens a operários e índios vestindo capacetes e cocares;

3. Lula tem a seu lado, de modo freqüente e não usual no meio masculino da política, a esposa, único componente da família presente na cena pública. A ela dispensa também atenções pouco comuns entre seus pares: em festividade pública abaixa-se para atar o sapato da esposa; abraça-a em reunião formal com governadores, enxuga-lhe o rosto durante missa em ação de graças no Dia do trabalhador e é correspondida por ela no mesmo gesto.

4. Escapando com freqüência aos discursos pré-construídos que o cargo lhe impõe, Lula fala de metas, obstáculos a serem vencidos e de esperança, mobilizando metáforas do mundo do futebol e termos pouco habituais em pronunciamentos de presidentes da República, tais como “não tenho medo de urucubaca” ou “o presidente não é Mandrake para fazer mágica”;

5. Em um ativo programa de diplomacia internacional, orientado para promover aproximações e intercâmbios econômicos e de outras ordens

com países pobres de vários continentes, Lula se põe como portador da solidariedade entre as nações e povos. Nestes contextos, os termos *amizade* e *companheirismo* evocam histórias remotas comuns, semelhanças nas carências do presente e a possibilidade de superá-las conjuntamente. No circuito dos países ricos, comparece falando em nome dos excluídos: países e cidadãos.

Nos vários modos de aparição, ora pautado nos “scripts” elaborados por outros (ministros, assessores, publicitários), ora escapando deles com frequência maior que aquela recomendada pela prudência palaciana, vemos tecida a figura do presidente “companheiro” do trabalhador, do cidadão inculto, do camponês sem terra, do índio, dos que passam fome, do professor, do desportista, das mulheres em geral e da sua em especial, (“companheiro” da companheira) e de chefes de estado.

6. Desde junho de 2005, quando eclodiram denúncias de corrupção praticadas por membros do governo, do PT e de políticos vinculados a partidos aliados, os meios de comunicação mostram Lula em cidades do interior do país discursando para o povo em comícios, ocasiões em que ostentando símbolos populares (como o uso de chapéu de vaqueiro e a menção à mãe analfabeta), reafirma sua origem de classe e de região, sua honorabilidade e devotamento às causas populares. As várias formas de apresentação e particularmente o conteúdo do discurso estão focados sobre o homem Lula e menos sobre o político.

Se nos reportarmos à tese de Richard Sennett, (1989) desenvolvida em seu livro *O declínio do homem público*, Lula poderia ser considerado como uma das expressões típicas de um dirigente da contemporaneidade, uma sociedade intimista, na qual governantes e governados valorizam a exposição de traços da personalidade individual do dirigente, em detrimento da exposição do conteúdo da sua ação política e de seu programa.

“Lula populista”

Mas, a história e a memória trazem a nós, brasileiros, a associação daquelas formas de apresentação de Lula a de outros dirigentes que o País teve em diversos momentos de nossa história os quais foram concebidos, na literatura especializada e também fora dela, como líderes populistas. No passado, comparecem como exemplos mais conspícuos Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Ademar de Barros. Segundo interpretação corrente, como chama a atenção Saes (1994), em tempos mais próximos, os anos 90 trouxeram à presidência dos três mais importantes países da América Latina – Argentina, México e Brasil – o espectro do

populismo. Carlos Menem, Salinas e Collor de Melo, cada um com suas particularidades, seria expressão de um certo neopopulismo latino americano.

Conforme revela o estudo de Silva (s/d), na campanha eleitoral de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso concorre pela primeira vez à presidência do País, através do jornal a Folha de São Paulo (campo empírico de análise do mencionado autor), articulistas constroem a idéia de que os adversários – particularmente Lula (PT) e Leonel Brizola (PDT) – têm proposições populistas para a condição da vida econômica do país. Neste contexto, *estatismo, nacionalismo, protecionismo, autarquização, gastos inseqüentes* são apresentados como formas sintéticas do populismo, classificação a que se faz corresponder, como sinônimos, os termos “atraso” e “irracionalismo”. No pólo oposto, os argumentos desenvolvidos firmam a idéia de que o concorrente principal (na ótica do jornal) tem propostas econômicas modernas, racionais, adequadas portanto aos requerimentos de novas formas de inserção do Brasil na economia mundial.

Se enquanto foi candidato a figuração do “Lula populista” é originária do campo adversário e nele se esgota, desde sua posse na presidência os autores da figuração se deslocam para o interior da esquerda e são antigos e próximos aliados situados nos campos político e intelectual. Constatamos que, no dia-a-dia das divergências políticas travadas no âmbito do governo federal e a partir dele, a contraposição simbólica entre as figuras do “Lula traidor” e a do “Lula companheiro” suscita a composição da terceira figuração qual seja a do “Lula populista”. Isto é, aquele que busca ser reconhecido como intérprete dos interesses das classes subalternas através de retórica marcada pelo personalismo e de ações políticas as quais, se convergem de algum modo com os interesses das classes subalternas, o fazem de modo tópico. As ações políticas dirigidas às classes subalternas seriam não mais que os meios através dos quais o dirigente de origem operária buscaria provar os genuínos vínculos políticos e ideológicos com seu partido e sua classe social. A figura do “Lula traidor” parece desvendar a condição do agora ex-companheiro sindicalista de esquerda que, no poder, age como um demagogo que manipula as consciências e sepulta as utopias. É nesta perspectiva que os principais modeladores da figura do “Lula populista”, desde que assumiu o governo, estão situados entre aqueles que romperam com o PT e com o presidente do País e agora se localizam no PSOL, os mais novos e mais aguerridos adversários, e também no PDT.

Contudo, aquela classificação consta das falas de outros que o figuram como *traidor*, especialmente os situados no PFL. A este respeito, a convergência entre membros de partidos com linhagens ideológicas tão diver-

sas não surpreende. Como ensinam os estudos de Francisco Weffort, desde muito tempo, a ação política consagrada como populista contraria os blocos à “esquerda” na medida em que estes a percebem como manipulação da consciência ingênua da classe trabalhadora. Por outro lado, assusta os situados à “direita” porque, segundo estes, o líder populista confere força política às massas, (vistas sempre como perigosas) seja porque contemplam aqui e ali interesses específicos das classes subalternas, seja fazendo-as personagens centrais de suas falas, e como tal aliados, pelo menos no plano retórico.

Além dos quadros dos partidos, segmentos da elite intelectual, representados por articulistas de jornais e revistas não especializadas referem-se às políticas de diversas ordens, implementadas pelo governo, como evidências do populismo de Lula. Enquanto Lula foi candidato, seus discursos eram a referência para considerá-lo populista, uma vez eleito são suas ações. A Reforma Universitária – que contempla a concessão de quotas de vagas destinadas a estudantes afro-descendentes e pertencentes a grupos étnicos minoritários; a concessão de isenção fiscal a universidades privadas que oferecem vagas para estudantes de baixa renda; a institucionalização de processos de controle social não estatal das universidades privadas – parece ser aquela que mais fortemente opera como referente da idéia do populismo. Convergem no mesmo sentido as chamadas políticas compensatórias (bolsa família); as ações econômicas e financeiras de controle do câmbio (fala-se em populismo cambial) e as ações de aproximação com países subdesenvolvidos.

No meio acadêmico, tanto quanto sei, estudos sistemáticos ou pelo menos publicados inexistem. Contudo, afirmativas do retorno da forma populista de condução da política têm sido reiteradas por alguns poucos, mas ilustres sociólogos, através de entrevistas ou artigos veiculados na imprensa. Consideram que vivemos hoje no Brasil um “novo populismo”. Populismo porque o dirigente busca dispensar a mediação dos partidos e da sociedade organizada, dirigindo-se diretamente às massas. É novo porque promove a exclusão, diferentemente do antigo (Getúlio Vargas) que promoveu, a inclusão das massas urbanas, particularmente o proletariado, ao sistema de regulação das relações de trabalho e de previdência estatal. O populismo de Lula é assim percebido como uma “técnica de exclusão social”. Quem fala assim é o sociólogo Francisco de Oliveira.

Lula populista?

Acertam aqueles que têm afirmado haver retornado o País à forma populista de condução da política? A prudência intelectual sugere cautela no trato com as classificações, sobretudo quando as mesmas

emergem no campo da política, vale dizer, quando têm como fundamento divergências ideológicas ou de interesses é indispensável ao pesquisador saber distinguir categorias analíticas de classificações.

Apresento aqui minhas restrições iniciais, e portanto provisórias, à indistinção com a qual se tem lançado mão dos termos populista e populismo para qualificar Lula e seu governo.

Opto por recorrer às considerações teóricas consagradas na sociologia política que trata da temática do populismo e reflito sobre as características de Lula comparando-as com as de Vargas. Ter Getúlio Vargas como referência se justifica do ponto de vista metodológico porque o mesmo, em sua condição de emblema do populismo no Brasil, tem sido tomado como parâmetro para alguns pensarem as práticas de Lula.

No Dicionário de Política (Bobbio et alli, 1986; pp. 980-981) lemos a seguinte definição: “Podemos definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes”. Pode-se ler também ali que “as definições do Populismo se ressentem da ambigüidade conceitual que o próprio termo envolve... [populismo é] ‘todo o credo e movimento baseado nesta premissa principal: a virtude reside no povo autêntico que constitui a maioria esmagadora e nas suas tradições coletivas’ ou como uma ideologia segundo a qual ‘a legitimidade reside no povo’ ou ainda que ‘se baseia em dois princípios fundamentais: o da supremacia da vontade do povo e o da relação direta entre o povo e *leadership*’”.

As análises sobre o fenômeno do populismo, realizadas por intelectuais latino americanos, especialmente brasileiros e argentinos consagraram-no como uma forma de exercício do poder que tem os seguintes traços interdependentes:

1. A retórica do poder tem fundo paternalista, com forte apelo às massas, que institui uma relação imaginária entre o governante e os governados fundada no favor e na tutela;
2. O poder procura realizar-se sem as mediações políticas das instituições típicas dos regimes democráticos: partidos, esferas do legislativo e judiciário, organizações civis.
3. O poder é marcado pela personalização, vale dizer, há uma indistinção entre o poder e aquele que exerce a função de governo. Recorrendo à categoria dominação carismática, formulada por Max Weber, (1974), considera-se que o lugar de mando do dirigente populista está

legitimado pelo reconhecimento da parte de muitos de qualidades ou competências incômunas;

4. Historicamente o populismo encontrou meio de expressão tanto em regimes autoritários quanto em regimes democráticos. Em ambos, lideranças carismáticas pautam suas ações sobrepondo-se aos partidos políticos.

Na América Latina as expressões mais emblemáticas do populismo assim concebido foram Getúlio Vargas e Perón.

Esta caracterização permite diferenciar populismo como categoria analítica da concepção valorativa que “define em geral o populismo pelos aspectos exteriores – a demagogia, a emocionalidade e especialmente pela ausência de ideologia” (Weffort, 1989; p. 25).

Estudiosos brasileiros, como Weffort, consideram o populismo um fenômeno múltiplo que justificaria tomar o termo no plural: populismos. Apesar das diferentes expressões do populismo em conjunto, estes marcaram um período da história brasileira, situado por alguns analistas no largo período entre o pós-30 e 1964 e, por outros entre 1945 e 1964 (Lafer, 1975). Encontram-se nos estudos “clássicos” (Silva, s/d) sobre o tema um relativo consenso em torno da idéia de que o populismo é um fenômeno peculiar a um contexto da sociedade brasileira marcado por intenso processo de mudança impulsionado pela industrialização e urbanização, de que resultou entre outras novidades a complexidade da estrutura de classes e a conseqüente variação e conflito de interesses. A forma populista de condução da política configura-se como uma “aliança” – na qual prevalecem os interesses dos industriais – que emerge da debilidade política dos grupos dominantes urbanos, classes médias e setores industriais, incapazes de substituir a oligarquia nas funções do Estado (Weffort, 1989; p. 63). Ainda segundo Weffort, (1989; pp. 62-63) “o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação de poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano”.

A tentativa de responder à pergunta acima formulada inicia-se com algumas considerações relativas à retórica.

Na retórica do líder populista o povo aparece como sujeito e tema centrais. Comparecem também termos e categorias correlatas como “pobres”, “mais pobres”, “trabalhadores”, “assalariados”, “excluídos”, “interesses do povo”, “necessidades do povo” etc. Estes

são os termos através dos quais dirigentes originários das classes dominantes fazem-se porta-voz dos interesses dos subalternos. Não é sem razão que populismo pode ser tomado como demagogia. Vargas em seus discursos construía argumentos que transformavam antigas demandas das classes trabalhadoras organizadas em sindicatos e partidos em dádivas e favores (Vianna, 1978). Ainda mais, associava o discurso da benesse com exortações ao trabalho disciplinado e ordeiro como condição para o desenvolvimento do país (Fonseca, 1989). É nesta perspectiva que o populismo revela sua face ideológica, aqui entendida no sentido mais corrente da formulação marxiana.

A retórica de Lula na condição de presidente se constrói em outros termos e com outras conexões significativas. A “*classe trabalhadora*”, os “*trabalhadores*” ou os “*excluídos*” (do mercado de trabalho, da posse da terra, do acesso aos serviços públicos) são os sujeitos principais em torno dos quais os argumentos são construídos, contudo, as proposições políticas ou acenos de atendimentos às necessidades e interesses evocam as noções de *direitos* individuais e coletivos e de *cidadania*.

De minha parte, está ausente aqui a pressuposição de que discursos que contemplam interesses subalternos não são demagógicos apenas porque são proferidos por um profissional da política oriundo da classe trabalhadora. Os conteúdos dos discursos podem ser considerados “*genuínos*”, e com tais legitimados, por uns e outros porque estão social e culturalmente ancorados na experiência concreta de quem os pronuncia. O contexto histórico brasileiro e a trajetória pessoal e política de Lula, relativamente aos líderes populistas do passado, conferem sentidos particulares à relação simbólica construída na conjugação das categorias *direito* e *classe trabalhadora*, *direitos* e *excluídos*.

Se a sentença que anuncia um espetáculo de crescimento para um futuro próximo pode ser expressiva da falta de proposições políticas e como tal de natureza populista, a reiterada afirmativa de que “*não sou mágico*”, “*não sou Mandrake*” mostra um Lula que parece querer dissociar sua figura do “*salvador da pátria*”, expressão emblemática de lideranças populistas no Brasil. Qual deles ousou dizer que nem tudo é possível?

Persistindo na comparação de Vargas com Lula no âmbito da retórica, enquanto o primeiro buscou ser reconhecido com “*pai dos pobres*”, o segundo tenta ser legitimado como “*companheiro*”, a meu ver qualificativo que evoca a utopia da igualdade. Como fiz menção, a emergência do termo “*companheiro*” no interior do PT é indissociável da circunstância de que nele e a partir dele, entre nós, a democracia passou a ser percebida como um fim em si mesmo e como valor universal.

É corrente em algumas leituras do populismo a idéia de que este encontrou terreno fértil para se expandir nas sociedades onde uma classe trabal-

hadora inorgânica e despolitizada tornou-se refém de lideranças carismáticas. Nestas situações, a força política do líder populista residiria em sua capacidade de apropriar-se da força política das massas, subordinando-as.

Se esta interpretação pode ser adequada para pensar Vargas e às circunstâncias históricas do Brasil daquele tempo, penso que ela não dá conta da complexidade da sociedade e política do Brasil de hoje. De um lado, a idéia de direitos individuais e coletivos foi ampliada e muito no País, generalizando-se mesmo entre aqueles que nunca passaram por processos sistemáticos de socialização política viabilizados pela pertença a sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos. Por outro lado, o quadro político institucional constrange o personalismo típico do dirigente populista. É certo que existe a possibilidade de atropelar o legislativo com o instituto da Medida Provisória, mas nem sempre o jogo das forças políticas em confronto viabilizam a regulamentação das mesmas.

Penso que longe vão os tempos nos quais as insatisfações e interesses dos cidadãos tomados individual e coletivamente tinham restritas possibilidades de se manifestarem de forma autônoma. Talvez hoje um dos melhores indícios desta autonomia está na imprevisibilidade dos resultados eleitorais. No dia-a-dia da vida política, as manifestações de oposição a Lula, originárias de movimentos populares e de classe média, desde o início de seu governo, também são sugestivas da possibilidade da ação autônoma. A este respeito, Fortaleza nos oferece um rico ponto de observação: durante meses, o sindicato dos servidores da Universidade Federal do Ceará manteve fixadas nas fachadas de sua sede e nas grades dos jardins da reitoria, diante da qual transitam, diariamente, milhares de pessoas, as seguintes frases: *Quem trai os aposentados pelo voto pelo voto será punido; Presidente Lula! Aposentado também vota; nos encontraremos nas eleições*. A campanha eleitoral dos candidatos a prefeitos de Fortaleza em 2004 e seus resultados são reveladores da força simbólica dos termos traição e traidor. Formulada e difundida pela esquerda, a idéia da traição transbordou seu espaço original e foi aos poucos se tornando uma forma sintética de expressar contestação, seja da parte dos partidos que fazem oposição sistemática, seja dos grupos de interesses ou do cidadão tomado em sua individualidade. Tudo indica que consenso das massas em torno de um dirigente personalista ou relações entre governo e cidadão presididas pela idéia da tutela ou do favor, que tipificaram o populismo clássico, nele se perderam.

Um último comentário: se as condições políticas mais gerais da sociedade brasileira constroem as práticas populistas creio que as econômicas o fazem na mesma medida. Aumento de salário, manutenção de privilégios corporativos, contratação indiscriminada de funcionários públicos, datação de verbas para obras assistenciais – tradicionais re-

curso de consagração de líderes populistas – são hoje inviabilizados pelo fantasma da inflação, pelo endividamento externo, enfim pelas restrições impostas pela economia nacional e internacional.

Penso que um governo e um governante como o que temos hoje no Brasil, não só trazem novas complexidades como também deixam vir à tona processos até então ocultados e que demandam maior investigação.

Bibliografia

- ALVES Filho, Ivan. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- BOBBIO, Norberto e MATTEUCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2ª ed., 1986.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª ed., 1975.
- LAFER, Celso. *O sistema político brasileiro: estrutura e processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- SAES, Décio de Azevedo Marques de. A reemergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINI, Evelina (org.) *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Roberto Bitencourt da. A noção de populismo na *Folha de São Paulo*. In: <http://www.achegas.net/numero/dez/roberto> Acessado em 20/09/2005.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*, Vol. I. México: Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., 1974.
- WEFFORT, Francisco C. Estado e massas no Brasil. *Revista da Civilização Brasileira*. Ano I, nº 7, p. 137/158. 1966.
- _____. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso. *Brasil: Tempos modernos*. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- _____. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed., 1989.